despacho de 13 do corrente, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, as seguintes transferências:

CAPÍTULO 3.º

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

Teatro Nacional de S. Carlos

Artigo 639.º «Outros encargos»:

N.º 1) «Subsídios não reembolsáveis»:

Da alínea d) «Encargos com orquestras»	— 100 041\$50
Da alínea f) «Encargos com os espectáculos populares de ópera»	— 7 919\$90
	— 107 961\$40

Para a alínea b) «Para satisfação de todas as despesas com a temporada de ópera» + 107 961\$40

10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 15 de Julho de 1960. — O Chefe da Repartição, *Fernando Natividade Alves*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIAS DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO COMÉRCIO

Despacho

Fica a Federação Nacional dos Produtores de Trigo autorizada a adquirir milho da colheita de 1960, nas condições estabelecidas pelo despacho de 19 de Junho de 1954, publicado no *Diário do Governo* n.º 137, 1.ª série, de 25 de Junho de 1954, mantendo-se porém, até ao fim da campanha, os preços de 2\$20 para o milho grado e 2\$05 para o milho com mais de 15 por cento de grão miúdo.

Secretarias de Estado da Agricultura e do Comércio, 15 de Julho de 1960. — O Secretário de Estado da Agricultura, *Luís Martin Graça*. — Pelo Secretário de Estado do Comércio, *João Augusto Dias Rosas*, Subsecretário de Estado do Comércio.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração dos Portos do Douro e Leixões

De harmonia com o preceituado no artigo 9.º, n.º 5.º, e artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 36 977, de 20 de Julho de 1948, se publica que, por meu despacho de hoje, proferido ao abrigo daquela primeira disposição legal, autorizei a seguinte transferência de verba no orça-

mento desta Administração para o corrente ano económico de 1960:

Pagamento de serviços e diversos encargos:

Artigo 9.º «Despesas de comunicações»:

Do n.º 2) «Telefones»	— 10 000\$00
Para o n.º 3) «Transportes»	+ 10 000\$00

Administração dos Portos do Douro e Leixões, 19 de Julho de 1960. — O Presidente do Conselho de Administração, *Antão Santos da Cunha*.

MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 43 095

Tendo-se suscitado dúvidas sobre o alcance do disposto no § 4.º do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 30 710, de 29 de Agosto de 1940, reputa-se conveniente proceder à interpretação deste preceito de modo a tornar mais evidente ainda o pensamento que nele se pretendeu consagrar.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. O § 4.º do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 30 710, de 29 de Agosto de 1940, passa a ter a seguinte redacção:

§ 4.º Nos casos em que os acordos deixem de realizar-se, ou não possam ser revistos em ordem à sua actualização, por omissão dos grémios da lavoura ou dos produtores agrícolas, a classificação de sócios contribuintes e a fixação das quotas correspondentes serão feitas pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, que terá em atenção o disposto neste artigo.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 29 de Julho de 1960. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Pedro Theotónio Pereira* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Arnaldo Schulz* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Afonso Magalhães de Almeida Fernandes* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Vasco Lopes Alves* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *José do Nascimento Ferreira Dias Júnior* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *Henrique Veiga de Macedo* — *Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho*.